



A solidariedade como finalidade social do trabalho¹

Augusto Martins Savietto Barbosa²

Felipe Rodrigues Siston³

Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Analisamos a história da solidariedade do período da Idade Média até as recentes ações no campo da Economia Solidária. Neste trajeto fizemos a exposição do conceito de vagabundo, que expressou a fragilidade do primeiro modelo de solidariedade: feudal, de vizinhança e proximidade não só cristã, mas também territorial e física. Depois, as experiências associativistas dos Pioneiros Equitativos de Rochdale; seguidos pela solidariedade abstrata do Estado do Bem Estar Social, para, por fim, chegarmos na realidade brasileira do trabalho informal, das massas falidas recuperadas, das cooperativas e associações. Foi esse resgate histórico o principal objetivo do artigo, contando com o apoio dos campos da economia, da sociologia e do serviço social. Com ele concluímos a necessidade da formação de redes e cadeias produtivas solidárias, que estabeleçam processos comunicativos a serviço da associação.

Palavras-chave

Solidariedade; Trabalho; Redes; História.

1.Introdução

“Em resposta a uma ética da exclusão, estamos todos desafiados a praticar uma ética da solidariedade. Solidariedade, amigos, não se agradece, comemora-se.”

Herbert de Souza – O Betinho

Durante muito tempo, o trabalho parece ter realizado a função de tecer o homem a um grupo. Possibilita a formação de vínculos e de identidades, tanto entre ocupados como desocupados. Compõe redes de interdependência cujas extensões são de limite indefinível, muito além, certamente, das fronteiras nacionais. Apresenta-se, ainda, como uma questão social que, se no mundo contemporâneo evidencia problemas como o vácuo de direitos ao imigrante, ao marginalizado ou ao subempregado; no passado, expôs o vagabundo e o proletariado à condição de desfiliaados, isto é, condição em que a pobreza não é apenas econômica, mas, também, social.

¹ Trabalho apresentado na Sessão Comunicação audiovisual, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O trabalho contou com a orientação dos professores doutores Paulo Vaz e Eduardo Refkalefsky.

² Aluno do curso de Graduação em Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, da ECO/UFRJ. Integrante do grupo de pesquisa “Novas Estratégias de Comunicação” do Prof. Dr. Eduardo Refkalefsky. E-mail: alphavoc@hotmail.com

³ Aluno do curso de Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da ECO/UFRJ. E-mail: felipesiston@gmail.com



Por aproximar os homens ou orientar a forma como essas aproximações se dão – nas instituições da família, da escola, da política, da cultura, etc – o trabalho se demonstra um campo de excelência para o fenômeno da solidariedade. Assim, neste artigo faremos uma reflexão sobre as relações entre o trabalho e a solidariedade, transitando, de forma breve, pelos momentos históricos em que ambos estiveram em evidência. Para isso escolhemos fazer uma abordagem que se inicia em um período anterior e próximo à formação dos Estados do Bem Estar Social, até os tempos atuais, concluindo com uma breve apresentação da Economia Solidária no Brasil.

2. A Solidariedade

Faz parte da solidariedade que esteja vinculada à ação. É uma espécie de atividade responsável pela preservação ou bem dos demais. É possível dizer ainda que se situa próxima do conceito de justiça social, quando se entende por esta o equilíbrio dos grupos que compõem as sociedades humanas, considerando a igualdade de direitos essenciais.

Solidariedade é a qualidade de um comportamento revelado pela prática, quando se apresenta a ocasião de nos sentirmos obrigados a contribuir e cooperar para o bem estar dos demais. É uma qualidade da ação das pessoas e dos grupos humanos na vida social. Não é simplesmente um tipo de discurso, uma atitude ou um temperamento, sem com isso se desfazer do discurso e do temperamento social. Mas a solidariedade não pode se resumir a isso. É uma qualidade da ação e, por isso, somente através da ação se manifesta e se realiza completamente como solidariedade. (SEBASTIÁN, 1996, p. 16)

Esta é uma forma de entendimento desta ação, que ao longo da história formas diversas, com rupturas não só no conjunto de práticas como também de conceitos que as identificavam. Para a sociologia de Durkheim, por exemplo, é a forma de manter a coesão social e a continuação da ação coletiva de um grupo. Assim, a solidariedade política, diferente da ação individual, pois considera decisões comuns.

O Estado do Bem Estar Social pode ser considerado um marco na história da solidariedade política, esta também entendida como meio de produção e forma de desenvolvimento. Para Marshall, a solidariedade universal seria um dos pilares deste Estado, assegurada enquanto um direito sem o qual a Inglaterra do século XX, por exemplo, não poderia ter saído vitoriosa na segunda guerra mundial.

Uma guerra total moderna exerce certos efeitos previsíveis sobre os problemas sociais das nações combatentes. Absorve os desempregados,

estimula os serviços médicos (...). Num sentido mais amplo, a guerra total obriga os Governos a assumirem novas e mais pesadas responsabilidades pelo bem-estar de suas populações (MARSHALL, 1965, p. 94)

Antes de analisar esse caso específico de solidariedade redistributiva do Estado Social, que foi consolidado em meados do século XX, é válido destacar alguns elementos da abordagem Etnológica de Karl Polanyi.⁴ Segundo este pensador, no comportamento econômico de qualquer sociedade podem ser identificados quatro princípios básicos que funcionam como agentes de organização da produção e distribuição da riqueza.

Eles formam, de um lado, a economia monetária e, do outro, a não-monetária. Na primeira estão o princípio de mercado, que permite satisfazer a oferta e a demanda de bens e serviços, e o de redistribuição, ou seja, a responsabilidade em uma autoridade central para repartir a produção. Na economia não-monetária, estão o da reciprocidade, que produz ligamentos sociais através de doações ou préstimos mútuos, e o da domesticidade, aquele em que se produz para suprir as próprias necessidades.

Durante o antigo regime, nos sistemas de feudo, ao nos depararmos com a ordem de servos e senhores podemos afirmar que prevaleciam os princípios da economia não-monetária. Logo, a sociedade era organizada de acordo com as relações estritamente sociais as transações monetárias eram pouco expressivas, e se prestavam mais a contenção dessa ordem, na forma de impostos e pedágios.

Nesta época, a reprodução da vida dependia da inserção do indivíduo em uma comunidade, ou mais objetivamente, servir a um senhor que por sua vez o protegeria contra as adversidades naturais ou do ataque de inimigos. É através desta relação social juramentada, na qual o trabalho é uma oferta e a proteção a forma de pagamento, que se estabelecem as solidariedades-dependência. A característica forte é o sentido verticalizado de proteção, com rígida hierarquia, mas na qual o princípio da reciprocidade entre membros é explícito, e a finalidade da produção é doméstica, estando à disposição da própria comunidade local.

Compõe-se com o critério do pertencimento comunitário para delimitar o campo do social-assistencial. Aqui também o cristianismo medieval contribuiu fortemente para sua aplicação. Mas é, novamente, para ratificar uma concepção de “próximo” como um próximo, que pode ser lido enquanto proximidade social ou geográfica ou a partir do que o

⁴ PINTO, João Roberto Lopes. “A Economia Plural de Lavelle” In: Economia Solidária. De volta `a arte da associação. Primeira Edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.



conceito cristão de fraternidade entre os homens oferece de específico.
(CASTEL, 1998, p. 69)

As relações são fundadas na base territorial, ou seja, na proximidade. A assistência se confere ao conhecido, ao próximo que é de fato muito próximo. O sentido de pertencimento é fundamental para que a miséria seja atendida com presteza, até para não abalar os laços de solidariedade já construídos. A proximidade é um critério essencial, porque o sujeito deve ser reconhecido, e só então se saberá se é miserável por ser incapaz de trabalhar ou se por preguiça e desobediência ao juramento. O estrangeiro representa um perigo, primeiro porque abala o sistema de solidariedade dependência, que suporta pequenas comunidades, segundo porque não há como saber se ele, estrangeiro, faz da mendicância uma profissão, explorando o grupo produtivo. “Aqueles a quem está vedada a assistência são sempre ‘os mendigos e mendigas que não são impotentes mas que têm capacidade para lavrar a terra ou ganhar a vida de outra maneira, e também as pessoas vagabundas e ociosas’”(CASTEL, 1998, p. 101)

Dessa conjunção histórica advém o conceito de vagabundo, uma espécie de criminoso, que por situação acidental precisava buscar recursos financeiros em outro lugar que não o seu de origem. Assim, ele segue para a margem da sua sociedade e leva acima do fardo da pobreza o de ser sozinho e sem amparo.

O vagabundo foi o limite evidente das solidariedades-dependência em sociedades feudais, até o século XVI. Prestar caridade a estes sujeitos configurava crime. Segundo Castel, o vagabundo serviu como um discurso construído na época para manter no trabalho uma massa de indivíduos que estavam em situações limites, na zona de vulnerabilidade, ou seja, com relações de trabalho instáveis e fragilidade nos vínculos sociais. “Esses indivíduos ‘disponíveis’ não são, apesar disso, imediatamente recrutáveis. Qual é o lugar de quem, emralação a essa organização do trabalho, é ‘livre’ mas carente de tudo? Num primeiro momento e por muito tempo: nenhum lugar.” (CASTEL, 1998, p. 118)

A estratégia policial não daria conta de solucionar a questão, pois expulsar uma legião de vagabundos sendo muitos trabalhadores com vínculos instáveis apenas marginalizava a questão sem identificar no centro da sociedade o poder de recriação do marginal.

E o centro da questão social era o trabalho. Muitos vagabundos eram trabalhadores que precisavam desfiliar-se do território de origem garantir recursos e a



própria sobrevivência. A chamada zona de vulnerabilidade alimentava a futura condição de ser vagabundo. A escolha, comum, pela política de repressão, representava a manutenção das relações tradicionais, visto que pessoas desocupadas seriam um perigo para a ordem local, pois teriam pouco a perder e muito a reclamar.

Polanyi explica que a livre circulação do trabalhador era cerceada, em uma contradição com a tendência à liberação de mercados.

Enquanto, de um lado, os mercados se difundiam sobre toda a face do globo e a quantidade de bens envolvidos assumiu proporções inacreditáveis, de outro uma rede de medidas e políticas se integravam em poderosas instituições destinadas a cercear a ação do mercado relativa ao trabalho, à terra e ao dinheiro. (POLANYI, 2000, p. 98)

Com as revoluções burguesas, no entanto, o trabalho ganha nova significação. Ele passa a ser visto como o gerador das riquezas. As antigas tutelas, apadrinhamentos, proteções corporativistas e assistências de trabalho compulsório perdem, aos poucos, o espaço na ordem social, pois são entendidas como barreiras para interesses individuais. Deve valer, então, o contrato de trabalho, o livre acesso aos mercados, o assalariamento. O homem tem agora a obrigação da escolha, antes, tinha a obrigação de servir. Diante dos vários ofícios existentes deve escolher aquele ao qual se interessa, fazer um contrato e receber o salário pactuado.

Sobre as antigas formas de solidariedades, baseadas na tutela, os liberais anunciam que deve ser dada liberdade ao indigente para que possa trabalhar e então servir aos seus próprios interesses. Os trabalhos forçados perdem o sentido, pois não geram riqueza. O lucro só se justificaria quando o desejo ou interesse do homem em fazer-se o bem é maior que a sua capacidade de realizá-lo.⁵

Com a revolução industrial, no entanto, o “fazer-se o bem”, ou seja, as práticas com foco no interesse privado, a barganha, ganharam proporções industriais. Os princípios monetários, naquele sentido já mencionado de Polanyi, passam a sobrepor-se aos não-monetários. E pouco a pouco a economia de mercado alimenta-se do social, sem, no entanto, fazer com que o progresso econômico tenha reflexos em um progresso social, mas sim, o oposto, isto é, vê-se o nascimento de um sistema que acentua as desigualdades, amplia a pobreza, os desfiliaos de vínculos sociais e trabalhistas.

A descoberta do trabalho como riqueza é, portanto, inicialmente, a descoberta de uma riqueza econômica. Ele é organizado de forma a potencializar a acumulação, seja

⁵ CASTEL, Robert. “A Modernidade Liberal” In: As metamorfoses da questão social. Uma Crônica do salário. Sexta edição. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998

do Estado ou do indivíduo. Não se trata aqui de uma riqueza social. A revolução industrial significou, da perspectiva antropológica, ter os princípios do mercado como reguladores das relações sociais.

A transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. Todas as transações se transformam em transações monetárias e estas, por sua vez, exigem que seja introduzido um meio de intercâmbio em cada articulação da vida industrial. Todas as rendas devem derivar da venda de alguma coisa e, qualquer que seja a verdadeira fonte de renda de uma pessoa, ela deve ser vista como resultante de uma venda. É isto o que significa o simples termo “sistema de mercado”(…) (POLANYI, 2000, p. 60)

Nessa linha de pensamento, são os interesses de barganha do homem que guiam a produção; logo, o acúmulo da riqueza se dá pela liberdade. Estes são imperativos que determinaram a construção do chamado individualismo positivo, por Laville⁶, ou seja, a insubordinação individual à qualquer enquadramento coletivo. As descobertas liberais recomendavam derrubar as barreiras ao progresso, combatiam as tutelas corporativista – a solidariedade entre pares - que criavam barreiras ao mercado de trabalho e monopolizavam a produção.

Como já dissemos anteriormente, a evolução dos meios de produzir a riqueza e acumulá-la não acompanhou o mesmo processo em relação ao poder de redistribuí-la. Muitos trabalhadores resolveram, então, seguir os princípios da luta de classes para fortalecer seus vínculos sociais. Nela, podemos dizer que usavam os mesmos princípios de mercado - aumentar ao máximo a oferta para competir com os patrões.

Foi durante o processo de industrialização nas economias centrais, quando as tensões entre proletários e patrões estavam mais acentuadas, que o movimento owenista⁷ do cooperativismo teve suas primeiras manifestações. Cooperativas de consumo como a dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, fundada na Inglaterra em 1844, representavam uma nova forma de solidarismo. No caso, condicionada ao contexto da luta de classes, representavam tentativas de assumir a produção social, redistribuir a riqueza, e, em oposição às disciplinas de controle, agir pela distribuição das responsabilidades entre os sócios.

⁶ PINTO, João Roberto Lopes. “A Economia Plural de Laville” In: Economia Solidária. De volta à arte da associação. Primeira Edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

⁷ “(...)industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas (...)” SINGER, Paul. “Origens históricas da Economia Solidária” In: Introdução à Economia Solidária. Primeira Edição. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.



Essas experiências se manifestavam em cooperativas de consumo, crédito e, por fim, produção, e estavam orientadas para proporcionar o acesso aos bens de consumo e de financiamento. Representa um momento crucial para lançar as bases dos princípios do cooperativismo popular e das associações de fins solidários. São eles: a democracia interna, em que cada membro tem o poder de voto, não sendo este limitado ou beneficiado por elementos monetários; o princípio da “porta aberta”, o que significa que o empreendimento está sempre disposto a receber mais pessoas, na medida em que possa suportar; as sobras da atividade econômica são divididas de forma equitativa, de acordo com as vontades do grupo. Além disso, a cooperativa se empenharia na educação cooperativa, para espalhar essa forma de associação e articular redes e cadeias de empreendimentos.

Com o modelo de produção fordista, as grandes redes de supermercados, e mais o período dos anos dourados do Estado de Bem estar Social, que vai do pós-guerra até as décadas de 60 e 70 no século XX, aquele modelo associativo de atividade econômica, baseada na autogestão dos trabalhadores perdeu força econômica e política. Economicamente não sobreviveu à competição com empresas capitalistas, degenerando-se, muitas vezes para formas ainda mais perversas de exploração do trabalho, ao tentar igualar-se a tais concorrentes. Do ponto de vista social, perdeu-se o caráter da solidariedade de reciprocidade, em que as relações de proximidade e interdependência, no contato face a face com o próximo, no exercício de préstimos e doações; essa cedeu espaço para a solidariedade abstrata, resumida na luta por direitos e benefícios que devem ser assegurados pelo Estado de Bem Estar Social.

A solidariedade na modernidade está reunida no poder do Estado. Como uma solução reformista, e considerada por alguns como sendo uma segunda vitória liberal depois das revoluções burguesas, ela realiza o conserto da erosão dos vínculos sociais, humanizando as tendências capitalistas de gerar pobreza e desigualdades, sem modificá-las na essência. A seguridade social deslanchou com o projeto de salvaguardar os direitos sociais, incluindo no desenvolvimento o caráter social, como parte necessária para o crescimento econômico. Mas para isso, subordinou o contrato salarial à regulação pública, e assim fez com que o trabalhador usufrísse um status de direito, para então universalizar a divisão dos custos sociais e fundar a “forma moderna de coesão social” identificada por Castel.⁸ Ela renunciaria as relações pessoas e as de interdependência

⁸ CASTEL, Robert. “O individualismo negativo” In: As metamorfoses da questão social. Uma Crônica do salário. Sexta edição. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998



que citamos no início deste artigo. O Estado realiza, portanto, a abstração da solidariedade, pois assim como amplia a questão social para além da assistência, também centraliza a sua execução.

A oportunidade para reviver uma solidariedade que não fosse a feudal e nem a moderna abstrata, veio com as crises econômicas dos anos 1970. As conquistas da seguridade social sofreram fortes ataques com a crise econômica e de valores motivadas pela globalização, assim como pelas mudanças na organização das atividades econômicas. O modelo pós-fordista e a chamada desindustrialização retirou a fonte básica de controle das políticas sociais, que eram os contratos salariais das indústrias. Cresceram os setores de serviços e o informal. Enquanto a onda neoliberal surgia como solução mais imediata para a crise do mercado de trabalho, ocorria o enfraquecimento das Sociais Democracias na tentativa de manter o emprego e diminuir as desigualdades, o resultado é que diminuem os benefícios e o poder redistributivo do Estado sobre as riquezas produzidas. Tudo isso em um momento em que as demandas por políticas sociais aumentam devido às mudanças culturais do mundo globalizado, das famílias lideradas por mulheres e das novas uniões civis.

Castel⁹ observa, também, que a crise do Estado protetor significa igualmente a crise da frágil coesão social que antes prevalecia. Agora o indivíduo se ausenta dos enquadramentos coletivos, é o chamado individualismo negativo, assim colocado por este autor. O individualismo negativo é um produto das frágeis regulamentações que inserem o indivíduo em quadros coletivos, e não do extremo controle e rigidez como havia sido com o individualismo positivo. Em outras palavras, faltam referências. O risco que se advém, segundo este autor, é o das políticas “reproduzirem relações assimétricas de tipo paroquial, como também de perderem o sentido público do direito, recaindo na individuação das proteções.”¹⁰

E, através de Lopes Pinto, Castel constata os limites do papel do Estado: “saídas particularistas buscam também responder a limites do Estado social – subordinação da sociedade civil; excessiva burocratização; e abstração dos direitos sociais, incapazes de suscitar solidariedades concretas.”¹¹

⁹ CASTEL, Robert. “A Modernidade Liberal” In: As metamorfoses da questão social. Uma Crônica do salário. Sexta edição. Pág 593, Petrópolis, RJ, Vozes, 1998

¹⁰ PINTO, João Roberto Lopes. “ O contexto do contexto: a modernidade reflexiva ou quando a sociologia encarna e o alargamento do público. ” In: Economia Solidária. De volta à arte da associação. Primeira Edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

¹¹ Idem



Por outro lado, Lavelle, também através de Lopes Pinto, diz que o “desenvolvimento de formas associativas, particularmente aquelas envolvidas com os ‘serviços de proximidade’, implicaria na produção de novas solidariedades e, portanto, de novas regulações públicas.”¹²

A novidade destas associações estariam, assim, em “repolitizar a economia”, mas também reconstruir a relação do Estado com a sociedade. Se por um lado nos Estados neoliberais ou nas Sociais Democracias dos países Escandinavos prevaleceriam, respectivamente, políticas ativas de competição e políticas ativas de emprego, no caso desta nova forma de Estado parceiro das associações, vigorariam as políticas ativas de solidariedade.

Castel diz ser louvável a preocupação de ligar a questão do emprego e a da coesão social, “de criar vínculos, ao mesmo tempo em que atividades entre as pessoas.” Mas elas, ainda segundo ele, não iriam, hoje, além das “declarações de intenções”, longe de ser a “afirmação de uma política”.¹³

3. A Realidade Brasileira

No Brasil, no entanto, o enorme volume de pessoas na informalidade econômica, assim como as experiências das empresas geridas por massas falidas, as cooperativas e principalmente as associações acabaram por gerar novas demandas por políticas concretas de solidariedade. O auge do surgimento de empreendimento da Economia Solidária ocorreu na década de 90. Nos primeiros anos do século XXI, foram mapeados 14.954¹⁴ empreendimentos que reuniam as características da cooperação, autogestão, solidariedade na redistribuição da riqueza e na prestação de serviços locais, assim como atividades econômicas, para gerar renda e trabalho. Isso equivale a um milhão e duzentos e cinquenta mil cidadãos.

O empreendimento mais expressivo neste sentido é a Usina Catende Harmonia, situada na Zona da Mata de Pernambuco. Ela foi a maior produtora de cana da América Latina até a superação pelo sudeste brasileiro em meados dos anos 60. A partir daí, com a crise econômica instaurada na região nordeste e somando-se problemas de gestão, os

¹² Idem

¹³ PINTO, João Roberto Lopes. “ A Economia Plural de Lavelle ” In: Economia Solidária. De volta`a arte da associação. Primeira Edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

¹⁴ Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: TEM, SENAES, 2006.



antigos donos terminaram por perder a posse da usina e das terras para uma massa falida composta por vários sindicatos locais, tanto de operários quanto de camponeses.

Sem intenções de aprofundar um estudo de caso crítico sobre a realidade desse empreendimento significativo da Economia Solidária no Estado brasileiro, nos detemos a ressaltar que o vínculo social, a possibilidade de participar das decisões políticas do empreendimento tem permitido não só a posição protagonista do trabalho como elemento agregador, como também permitido o exercício de solidariedades concretas. Como exemplo da adequação do econômico às necessidades sociais, foi a diversificação da lavoura que diversificou a economia local.

Muito brevemente, também citamos como novidades as políticas sociais que talvez possam ser denominadas como políticas de solidariedade ativas, representadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária com curta recorrência apenas na França e hoje no Brasil, o Fórum Nacional da Economia Solidária, a Rede de Gestores municipais da Economia Solidária e vários outros atores de diversos pólos como as universidades, as organizações trabalhistas e da sociedade civil, tanto municipais, como estaduais e federais.

4. Conclusão

Por fim, colocamos como maior desafio para construir uma alternativa solidária ao modelo desagregador, competitivo e desigual do capitalismo, potencializar as atividades econômicas de propriedade coletiva através do incentivo à formação de redes e cadeias dos empreendimentos solidários. Isso é prerrogativa para que não se restrinjam, como no passado do cooperativismo, ao isolamento condicionado pela luta de classe, ou da exploração do trabalhador para fins de acumulação. Tão pouco deve se limitar ao caráter de funcionalismo para o subemprego, como tem sido característico no Brasil com meio de sobrevivência. Apesar disso arriscamos afirmar que o associativismo e o cooperativismo popular apresentam-se como as formas racionais de realizar a riqueza social do trabalho, em benefício das relações e valores interpessoais, mas sem desconfigurar o papel agregador do Estado, apenas acrescentando-lhe as conexões necessárias para que esteja garantida, de forma segura, a coesão social através do trabalho.



Referências bibliográficas

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: M.T.E, SENAES, 2006.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma Crônica do salário. Sexta edição. Petrópolis, RJ, Vozes, 1998

ECO, Umberto. Como se faz uma Tese. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. Vigésima Edição. São Paulo, Perspectiva, 2006

PINTO, João Roberto Lopes. Economia Solidária. De volta `a arte da associação. Primeira Edição. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Segunda edição. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000

SEBASTIÁN, Luis de. La solidaridad: guardián de mi hermano. Primeira edição. Barcelona, Espanha, Editora Ariel, 1996

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. Primeira Edição. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

MARSHALL, T.H. “What is social policy?” &” The first fifty years” In: Social Policy in the Twentieth Century. Quarta Edição. Londres. Hutchinson University Library, 1975.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As Três Economias Políticas do Welfare State. N 24, Lua Nova (Revista de Cultura Política), São Paulo, 1991

Sites:

Portal do Cooperativismo Popular www.cooperativismopopular.ufjf.br, acesso em junho de 2007

Fórum Brasileiro de Economia Solidária www.fbes.br, acesso em junho de 2007.



Cia Agrícola Catende Harmonia www.catendeharmonia.com.br , aceso em junho de
2007